

A EDUCAÇÃO NA PÓS-GRADUAÇÃO EM MINAS GERAIS

Notas para uma história em construção

Dra Sônia Maria dos Santos FACED/UFU

Dra Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro FACIP/UFU

Resumo

O parecer 977 do CFE institucionalizou a pós-graduação em 1965, em plena ditadura, que o governo de Minas ajudou a impor. Este estudo enfoca a gênese da pós-graduação em educação em MG. Como pesquisa documental, valeu-se de documentos legais e dados estatísticos como fontes. Os dados foram analisados numa leitura histórico-contextual que traça as origens da pós-graduação até o presente. Pelos resultados, Minas se destaca regional e nacionalmente no desenvolvimento da pós-graduação em educação.

Palavras-chave: Governo militar; Parecer 977; Institucionalização da pós-graduação.

Esta apresentação traz parcialmente resultados, de uma pesquisa bibliográfica e documental cujo objetivo foi analisar a constituição da pós-graduação em educação em Minas Gerais. A reflexão parte desta problematização: em que contexto político surgiu a pós-graduação nesse estado? Qual foi o papel do estado na implementação? Que lugar ocupou — e ocupa — a pós-graduação em educação no desenvolvimento dos estudos pós-graduados? O estudo objetiva suscitar pontos que possam indicar caminhos possíveis para escrever uma história do passado recente da educação superior e contribuir para as comemorações dos 25 anos da pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). O artigo materializa uma pesquisa documental cujas fontes são elementos da legislação e uma amostra de dados estatísticos. A coleta foi *on-line* em bancos de dados do Ministério da Educação e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Os dados foram analisados mediante uma leitura contextual que buscou traçar as origens da pós-graduação até sua institucionalização.

Gênese da pós-graduação no Brasil

As origens da pós-graduação remontam aos anos 30, quando o modelo de cátedras compôs a estruturação da educação nas primeiras universidades. Seu funcionamento se valeu, sobretudo, da ação de professores estrangeiros, dos quais uns chegaram como membros de missões acadêmicas oficialmente arranjadas, enquanto outros fugiam do clima político de tensão e turbulência que marcou os anos pré-Segunda Grande Guerra. Suas experiências com estudos pós-graduados compuseram as bases do primeiro modelo de pós-graduação: marcado

pela relação tutorial entre docente e discentes — estes auxiliavam aquele em atividades de ensino e pesquisa — e pela feitura da tese — catalisadora das atividades associáveis com o que se poderia chamar de orientação acadêmica, ainda que informais. Ao professor — e só a ele — cabia prescrever conteúdos e atividades para os alunos antes de defenderem a tese; assim como determinar não só as questões e os métodos cabíveis a uma dissertação, mas também as técnicas possíveis para desenvolver a investigação.

Mas tais experiências reverberaram pouco no desenvolvimento da educação universitária. Eram iniciativas de alcance estrito em escopo e limitado geograficamente. Noutros termos, poucas universidades ofereciam poucas cadeiras. Foi preciso baixar a poeira provocada pelo golpe militar para que o Ministério da Educação regulamentasse essas experiências, reconhecendo-as como novo nível de ensino além do bacharelado. Daí que se atribui ao governo militar (1964–1985) a primeira iniciativa de institucionalização de pós-graduação. Como um dos articuladores do golpe que impôs a ditadura foi o então governador de Minas Gerais José de Magalhães Pinto, é cabível pressupor que o estado tenha se valido dessa vinculação para obter benesses; por exemplo, subsídios para desenvolver a pós-graduação, nível coerente não só com uma graduação em franco desenvolvimento, mas também com a projeção política e econômica do estado.

O parecer 977

As características essenciais da pós-graduação brasileira são legadas do parecer 977 — o Parecer Sucupira. Aprovado pelo Conselho Federal de Educação em 3 de dezembro de 1965, esse documento estabeleceu o formato institucional básico da pós-graduação em dois níveis de formação: mestrado e doutorado, de modo que uma linha de continuidade entre os dois consagra o primeiro como pré-requisito ao segundo; igualmente, pretendeu esclarecer a natureza e os objetivos da pós-graduação. Subjacente a esses desdobramentos — segundo Cury— estaria o modelo do sistema dos Estados Unidos (mestrado e doutorado, acadêmico e profissional); além de

[...] áreas de concentração (*major*) e de domínio conexo (*minor*), a sistemática de cursos/créditos com grande flexibilidade, duração viável, exames de qualificação, domínio de língua estrangeira, acompanhamento dos estudos e pesquisas por um orientador e a exigência da dissertação para o mestrado e da tese para o doutorado (2005, p. 75).

No parecer se lê que a hierarquização desses dois níveis não lhes tira a autonomia. Dito de outro modo, o doutorado não exige necessariamente o mestrado como requisito

indispensável. “[...] o Mestrado se justifica como grau autônomo por ser um nível da pós-graduação que proporciona maior competência científica ou profissional para aqueles que não desejam ou não podem dedicar-se à carreira científica” (BRASIL, 1965, s. p.). Acrescente-se que o aluno do mestrado e doutorado, após passar por um processo de admissão severo, tinha de produzir uma tese, uma dissertação ou um ensaio e fundamentalmente “[...] deverá seguir certo número de cursos, participar de seminários e trabalhos de pesquisa, e submeter-se a uma série de exames, incluindo-se as provas de língua estrangeira” (BRASIL, 1965, s. p.).

Mesmo com esses moldes e sem uma definição clara de objetivos, de fins e de estrutura (SANTOS; AZEVEDO, 2009), a pós-graduação se desenvolveu como instância qualificadora de professores e elemento-chave de um sistema nacional de ciência e tecnologia (CURY, 2005). Santos e Azevedo informam que, na década de 60, funcionaram 38 cursos: 11 doutorados e 27 mestrados. Os primeiros surgiram na capital fluminense — na Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro; em Minas — na atual Universidade Federal de Viçosa — e em São Paulo — no Instituto de Tecnologia Aeronáutica/ITA, em São José dos Campos. Entre aquele momento e o presente, o sistema de pós-graduação se expandiu expressivamente por região geográfica em número de mestrados e doutorados reconhecidos pela CAPES, como mostra a tabela a seguir.

A sugestão dos dados de que há desenvolvimento desigual entre Norte e Sudeste parece evocar contrastes antigos (econômicos e sociais, por exemplo) que polarizam essas regiões. Basta pensar na exclusão educacional secular, sobretudo dos níveis iniciais, que afetou todas as regiões, porém mais as do norte do país. É como se — diria Cury (2005) — a fragilidade científica do país fosse a razão do “atraso”, e não o resultado de problemas mais amplos e antigos, como o desenvolvimento mesmo da educação em geral. Além disso, a regulamentação da pós-graduação sob os auspícios do governo militar e com a orientação nacionalista fez dela uma atividade semiautônoma, porque vinculada aos departamentos universitários recém-criados pela reforma universitária de 1968. Igualmente, é cabível supor que a iniciativa de um governo ditador expressasse uma lógica educacional guiada e regulada segundo a perspectiva de um Estado autoritário.

TABELA 1
Mestrados e doutorados reconhecidos pela CAPES por região geográfica

REGIÃO	PROGRAMAS E CURSOS DE	TOTAIS DE CURSOS DE
--------	-----------------------	---------------------

	PÓS-GRADUAÇÃO					PÓS-GRADUAÇÃO			
	Total	M	D	D	M/D	Total	M	D	F
Centro-Oeste	184	93	2	17	72	256	165	74	17
Nordeste	456	249	14	37	156	612	405	170	37
Norte	110	68	2	6	34	144	102	36	6
Sudeste	1.316	399	18	122	777	2.093	1.176	795	122
Sul	522	242	5	43	232	754	474	237	43
Brasil	2.588	1.051	41	225	1.271	3.859	2.322	1.312	225

M: mestrado acadêmico; D: doutorado; F: mestrado profissionalizante.

M/D: mestrado acadêmico/doutorado.

Fonte: CAPES, 2014.

Esse pressuposto se evidencia em Santos e Azevedo (2009), que atestam o desenvolvimento e a afirmação da pós-graduação como eventos próprios da ditadura, cuja forma de governar e agir do ponto de vista da política educacional se nutria da teoria do capital humano: era necessário formar recursos aptos a fazer o país se desenvolver e ao sucesso do projeto de modernização então em curso. Tal formação — parece óbvio — deveria estar diretamente articulada com as necessidades do mercado, isto é, dos setores produtivos; por isso, cabe acreditar que houve alianças tácitas entre militares e universidade. Do contrário, a política educacional não teria convergido tanto ao financiamento de instituições de ensino superior como parte do investimento no processo de modernização.

O governo militar planejava desenvolver projetos tecnológicos arrojados (GERMANO, 1993), de tal modo que, no começo dos anos 70, a constatação de que a expansão da pós-graduação foi, em parte, espontânea e ligada mais a motivações conjunturais e à expansão do ensino superior (SANTOS; AZEVEDO, 2009) levou o governo militar a impor medidas pró-desenvolvimento mais sistematizado da pós-graduação. Aí se incluem a criação do Programa Intensivo de Pós-graduação (decreto 67.348/1970); a formação de um grupo de trabalho para propor medidas de definição da política de pós-graduação (em 1973); a instituição do Conselho Nacional de Pós-graduação (em 1974), órgão colegiado interministerial cujas funções giravam em torno da formulação de políticas e sua execução; enfim, a formulação do primeiro Plano Nacional de Pós-graduação (PNGP) para o período 1975–7 (FERREIRA, 1999). A essas estratégias se alinhou o reforço de organismos governamentais ligados a esse nível educacional que direta ou indiretamente influíram no direcionamento de investimentos financeiros relevantes ao desenvolvimento da pós-graduação (MARTINS, 1991).

Pós-graduação em Minas Gerais

Nesse histórico de quase 50 anos da pós-graduação, a primazia política e econômica de Minas Gerais não bastou para que o governo criasse cursos ainda nos anos 60. O quadro a seguir apresenta o desenvolvimento desse nível de formação acadêmica cronologicamente.

QUADRO 1

Cursos de pós-graduação em educação de Minas Gerais recomendados/reconhecidos pela CAPES

INSTITUIÇÃO	NÍVEL	ANO DE INÍCIO	NOTA
Univ. Fed. de Minas Gerais/UFMG	Mestrado	1972	7
	Doutorado	1991	7
	Profissional	—	5
	(aguardando homologação)		3
Univ. Fed. de Uberlândia/UFU	Mestrado	1989	5
	Doutorado	2006	5
Pontifícia Univ. Católica de Minas Gerais/PUC-MG	Mestrado	1998	4
	Doutorado	2012	4
Univ. Fed. de Juiz de Fora /UFJF	Mestrado	1999	4
	Doutorado	2008	4
	Profissional	2010	3
Universidade de Uberaba/UNIUBE	Mestrado	1999	3
	Mestrado	2005	3
Centro Fed. de Edu. Tecn. de Minas Gerais/CEFET			
Univ. Fed. de São João del-Rei/UFSJ	Mestrado	2008	3
Univ. Fed. Estado de Minas Gerais/UFEMG	Mestrado	2009	3
Univ. Fed. de Viçosa/UFV	Mestrado	2009	3
Univ. Fed. de Lavras/UFL	Profissional	2011	3
Univ. Fed. de Ouro Preto/UFOP	Mestrado	2011	3
Inst. Fed. de Educação, Ciências e Tecnologia do Triângulo Mineiro/IFTM	Profissional	—	3
	(aguardando homologação)		
Univ. do Vale do Sapucaí/UNIVAS	Mestrado	—	3
	(aguardando homologação)		
Univ. Fed. do Triângulo Mineiro/UFTM	Mestrado	—	3
	(aguardando homologação)		
Univ. Fed. dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri/UFVJM	Profissional	—	3
Univ. Fed. de Alfenas/UFA	Em projeto	—	—

Fonte: CAPES, 2014.

No ritmo da expansão sistematizada, a criação da primeira pós-graduação mineira (1972) indicou que a década seria “[...] promissora para Minas que soube aproveitar as possibilidades de crescimento abertas pela economia nacional” (BRITO; HORTA, 2002): incentivos fiscais, criação de um aparato institucional de fomento e capitação de investimentos controlados pelo Banco de Desenvolvimento Econômico e pelas Centrais Elétricas de Minas Gerais, assim como executados pelo Instituto de Desenvolvimento Industrial. Daí que os resultados da década se mostram na mineração (crescimento anual médio de 14,5%); manufatura (crescimento de 16,4% ante 6,9% na década anterior); construção civil (passou de 7,3% para 22,7%) e agricultura (o crescimento de 1,6% no período 1962–7 chegou a 6% entre 1973 e 1980 [DINIZ, 1981]).

No campo da educação, o primeiro curso de pós-graduação foi criado na UFMG. Em 1989, surgiu na Faculdade de Educação da UFU, Triângulo Mineiro. Nesse momento, a implantação desse nível de formação se vinculava à política de pós-graduação cujo redirecionamento da universidade incidiu na “[...] transição de seu *status* de identidade pública — própria do Estado de Bem Estar Social — para o de identidade mercantil própria do Estado Mercantil” (HOSTINS, 2006, p. 10). Noutros termos, foi a institucionalização do estado mercantil, isto é, da política neoliberal que passou a se consolidar com o governo Collor. O desenvolvimento do país e o papel do Estado nesse processo se alinham à passagem do capitalismo tutelado pelo Estado ao considerado moderno e eficiente: a lógica da competitividade. Iniciadas por Collor, as políticas neoliberais se intensificaram no governo de Fernando Henrique (1994–2002).

Segundo Hostins,

Neste momento, foram empreendidas ações com vistas à reforma universitária e a implementação de mudanças radicais na educação superior e no modelo da pós-graduação brasileira. Entre elas, duas estratégias podem ser consideradas cruciais: por um lado a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) — Lei nº 9394/96; por outro, o uso de dispositivos legais, como decretos-leis, medidas provisórias, portarias ministeriais, propostas de ementas constitucionais (2006, p. 143).

Nos anos 90, a presença de tais políticas reverberou nas ações educacionais do governo para a pós-graduação; ou seja, embasou a criação de cursos pós-graduados em educação no estado de Minas: além do mestrado em Uberlândia (UFU), o doutorado na UFMG (1991) e o mestrado na PUC (1998), na UFJF (1999) e na UNIUBE (1999). Seus efeitos se notam na redução do tempo de certificação, do número de bolsas e da duração dos cursos, assim como na redefinição do mestrado, na prioridade ao doutorado e na vinculação de teses e dissertações a projetos de pesquisa institucional. Uma consequência disso ao processo de construção do conhecimento científico foi mais pressão sobre docentes e discentes, pois o neoliberalismo enfoca a competição, a eficiência e a rapidez. Além disso, em Minas a pós-graduação *stricto sensu* se ampliou com a criação de programas de mestrado no CEFET, em 2005; doutorado na UFU, em 2006, e na UFJF, em 2008; mestrado na UFSJ, em 2008, na UEMG, em 2009, e na UFV, em 2009; mestrado profissional na UFJF, em 2010, e na UFL em 2011; mestrado na UFOP, em 2011, e doutorado na PUC, em 2012. Aguarda homologação o mestrado no IFTM, na UNIVAS, na UFTM e na UFVJM.

Ao considerar a trajetória das políticas de pós-graduação, Hostins (2006, p. 148) esclarece que a Capes, em 2004, formou uma comissão para elaborar o quinto Plano Nacional

de Pós-graduação (2005–10). Valendo-se da interlocução com agentes relevantes da comunidade científica e acadêmica, o plano mostrou o foco do Estado — investir nos mestrados profissionalizantes — e seus objetivos — fortalecer as bases científicas, tecnológicas e de inovação e formar professores para todos os níveis educacionais e quadros para mercado não acadêmico (BRASIL, 2005, p. 59).

Subjacente a esse plano parece estar a necessidade de suprir a diversidade de demandas da sociedade nas quais se identificam desafios:

Flexibilização do modelo de pós-graduação a fim de permitir o crescimento do sistema; profissionais de perfis diferenciados para atender à dinâmica dos setores acadêmico e não-acadêmico; e, atuação em rede para diminuir os desequilíbrios regionais na oferta e desempenho da pós-graduação e atender às novas áreas de conhecimento (HOSTINS, 2006, p. 148).

Como se deduz, o plano propõe flexibilizar a pós-graduação, isto é, expandir o sistema por meio dos mestrados profissionais (não acadêmicos). Igualmente, propõe incentivar novos projetos de educação a distância a fim de aumentar recursos humanos qualificados para a sociedade. As metas decorrentes dessa perspectiva e a necessidade de estimular a cooperação internacional por meio das universidades e de intercâmbio discente/docente institucionalizam a capacitação de recursos em agências internacionais.

Se assim o for, qual seria o impacto desse novo plano educacional no trabalho do professor e do discente da pós-graduação? Esse questionamento alude a um dos vários pontos associáveis com tais políticas e paradigmas de avaliação da pós-graduação nacional e de seus direcionamentos. Mais que isso, sugere que a comemoração de 50 anos da pós-graduação no Brasil tem de frisar a necessidade de haver reflexão constante sobre a função desse nível educacional numa sociedade atravessada pelas políticas neoliberais. Estas criam tensões na produtividade mediante o princípio da competição e a internacionalização crescente do conhecimento, além de o fazerem em geral em detrimento das necessidades regionais e locais onde os programas de pós-graduação se inserem e a despeito da pressão sobre docentes e discentes, que se veem na obrigação de se submeterem a tais políticas.

Ainda assim, segundo dados da Capes, a pós-graduação hoje acomoda 126 mestrados, 66 doutorados e 33 mestrados profissionalizantes. No Sudeste, a educação ostenta 39% dos mestrados, 42% dos doutorados e 45% dos cursos de mestrado profissional. Em Minas Gerais, a pós-graduação se expande, sobretudo com o doutorado em Educação e o mestrado profissional (vide QUADRO 2).

Como se pode deduzir, o estado de Minas se mostra em equilíbrio com os demais estados do Sudeste quanto ao número de mestrados em Educação; diferentemente do número de doutorados, abaixo de uma eventual média. Se parece clara a projeção educacional mineira na pós-graduação, também parece que esse desempenho traduz certo protagonismo da região desde os tempos coloniais, quando o ouro a projetou nos domínios das decisões políticas de alcance nacional, como aquelas cabíveis à presidência, sobretudo na primeira República. A isso se acrescenta a anexação do que viria a ser o Triângulo Mineiro, região de projeção central no Produto Interno Bruto do país, comparável à da capital e de centros urbanos mais antigos como Juiz de Fora. Campos e Faria (2005, p. 91) esclarecem que a região passou a pertencer a Minas Gerais, mas não sem “[...] pareceres favoráveis à anexação do Triângulo a São Paulo, em 1816”; a região “[...] havia pertencido a Minas Gerais até a década de 1760, quando passou a pertencer a Goiás”.

Pós-graduação em Uberlândia

Para Castro,

A base territorial para a expressão do regionalismo é, necessariamente, a região. Essa se define a partir da relação do homem com seu meio e com seus símbolos. A elite se apropria desses símbolos, reelaborando-os ideologicamente na identidade regional, conferindo visibilidades do valor simbólico aos traços singulares da sociedade local [...] e na utilização desses aspectos simbólicos como um recurso político que se estrutura o poder local. O território passa a ser tratado como sujeito do processo histórico, substituindo e reduzindo a visibilidade das relações sociais, que se diluem nos problemas territoriais (1994, p. 165).

Se assim o for, na consolidação histórico-social dessa região — isto é, na regionalização do Triângulo Mineiro —, influi a sua consolidação política e econômica em meados do século XX, sobretudo “[...] com as cidades de Uberlândia (MG) e Uberaba (MG) [...]”, cujas elites, ainda no século XIX, “[...] buscavam se consolidar como líderes e referências políticas, tornando o Triângulo Mineiro no que Brito (1986) afirma ser um território com individualidades psicológicas em relação aos seus vizinhos [...]” (OLIVEIRA, 2013, p. 58–9). A posição geográfica favorece os estímulos externos: a mesorregião — Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba — está em duas das dez regiões de planejamento do estado. Com 66 municípios, limita-se com Goiás (sul e sudeste), com São Paulo ao sul (Ribeirão Preto e São José do Rio Preto), com o Mato Grosso do Sul (no extremo oeste mineiro). Eis por que se atribui, em parte, o desenvolvimento da região a razões geográficas; isto é, seu fortalecimento político e econômico, cuja base está na agricultura, na produção pecuária e agrária (açúcar e álcool) e no comércio atacadista, dentre outros.

Antes de vir a ser Uberlândia, essa cidade era chamada Uberabinha.

Uberlândia, que nasceu no “Sertão da Farinha Podre”, inicia sua história urbana quando o governo da Província por lei n.3.643 de 31 de agosto de 1888 elevou a antiga Vila de São Pedro de Uberabinha à categoria de cidade e sede da comarca de primeira estância, o que lhe garantia a autonomia judiciária. Assim, o município de São Pedro de Uberabinha foi criado legalmente em 1888; até então era a vila São Pedro de Uberabinha e subordinado ao município de Uberaba. [...] Tempos depois em 1929, por determinação da Lei número 1.128, o município passou a se chamar Uberlândia (OLIVEIRA, 2007, p. 5).

Situada no Planalto Central, Uberlândia teve seu progresso alavancado pela ferrovia da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, de Campinas (SP). A construção da linha Uberlândia–São Paulo abriu possibilidades de migração, motivada pela suposta prosperidade desse município mineiro, isto é, pelo comércio, que se fortaleceu com a construção de Brasília, cuja demanda Uberlândia supriu em vários aspectos. Com isso, a riqueza e o progresso do município se ligaram, também, à nova capital federal. De Uberlândia saíram políticos de projeção nos decênios de 50 e 60, a exemplo de Rondon Pacheco, cujo destaque levava junto o nome de sua terra natal (GATTI JÚNIOR; CARDOSO, 2014). Rondon foi um dos que buscaram o desenvolvimento da educação universitária em Uberlândia, a partir do fim da década de 50 (QUADRO 2). Tais desdobramentos seguiam uma estruturação que iniciou um projeto educacional cujo fim, segundo idealizadores como Homero Santos, era suprir as necessidades mais imediatas — leia-se, mão de obra especializada.

QUADRO 2

Marcos do desenvolvimento da educação superior em Uberlândia (1950–60)

ANO DE CRIAÇÃO	INSTITUIÇÃO
1957	Conservatório Superior de Educação
1960	Faculdade de Direito de Uberlândia
1960	Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Uberlândia
1962	Faculdade de Ciências Econômicas
1965	Escola Federal de Engenharia
1967	Faculdade de Artes (originada do conservatório de educação)
1967	Escola de Medicina e Cirurgia de Uberlândia

Fonte: VIEIRA FILHO, 1993.

Esses dados sugerem que os desdobramentos iniciais da graduação parecem reiterar a projeção do município em Minas, e a do estado no país. Noutros termos, a pós-graduação (em Educação) encontrou terreno fértil em Minas Gerais para se erguer mediante uma construção sólida como a que se deduz de uma história de 25 anos.

Considerações finais

Escrever uma história do passado recente da educação superior em Minas Gerais supõe não só encadear fatos linear e cronologicamente, mas também reconstruir vivências que permearam os eventos associáveis com a pós-graduação no país, mas num quadro de preocupações e interesses que situe tal reconstrução num tempo, num espaço e num conjunto de relações sociais que a distingam historicamente. Um passo pode ser enfocar os sujeitos das ações que compuseram as práticas: ponto de partida para reflexão, que embasa as ações políticas educacionais para a pós-graduação. Aí se incluem o grupo de professores que iniciaram tais práticas, assim como o grupo de professores que fizeram de tais práticas um sistema de pós-graduação, essencial ao avanço da ciência no Brasil. Para desdobramentos futuros da pesquisa serão realizadas a análise e interpretação com os professores e coordenadores que iniciaram o curso de pós-graduação em educação na Universidade Federal de Uberlândia.

Referências

- BRASIL. **Parecer nº 977/65**, C. E. Su, aprov. em 3-12-65. Definição dos cursos de pós-graduação. Disponível em: <http://www.capes.gov.br_imagens_stories_download_legislacao_Parecer_CESU_977_1965>. Acesso em: 8 ago. 2014.
- BRASIL, Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **V Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2005–2010**. Brasília: CAPES, 2005.
- BRITO, Fausto; HORTA, C. J. G. Minas Gerais: crescimento demográfico, migrações e distribuição espacial da população. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 10; 2002, Diamantina, MG. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2002. Disponível em: <<http://web.face.ufmg.br/cedeplar/site/diamantina2002/textos/D56.PDF>>. Acesso em: 4 ago. 2014.
- BRITO, Luiz Navarro de. **Política e espaço regional**. São Paulo: Nobel, 1986.
- CAMPOS, Helena Guimarães; FARIA, Ricardo de Moura. **História de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Lê, 2005.
- CASTRO, Iná Elias de. Visibilidade da região e do regionalismo: a escala brasileira em questão. In: LAVINAS, Lena et al. **Integração, região e regionalismo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994, p. 155–70.
- COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR/CAPES. **Relação de cursos recomendados e reconhecidos**. Disponível em: <<http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisarIes&codigoArea=70800006&descricaoArea=&descricaoAreaConhecimento=EDUCA%C7%C3O&descricaoAreaAvaliacao=EDUCA%C7%C3O>>. Acesso em: 2 ago. 2014.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. Quadragésimo ano do parecer CFE no 977/65. **Revista Brasileira de Educação**. ANPED, n. 30. set–dez. 2005.
- DINIZ, Clélio Campolina. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira**, UFMG-PROED, Belo Horizonte, 1981.
- FERREIRA, Rosilda Arruda. **A pesquisa científica nas ciências sociais: caracterização e procedimentos**. Recife: ed. UFPE, 1999.
- GATTI JÚNIOR, Décio; CARDOSO, Elizabetta Greco. **Cenário histórico em Uberlândia e as motivações para a criação da primeira escola superior: o conservatório musical de UBERLÂNDIA – 1950/1960**. Disponível em: <<http://www.cch.ufv.br/copehe/trabalhos/ind/Elizabetta.pdf>>. Acesso em: 2 ago. 2014.

- GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil: 1964–1985**. São Paulo: Cortez; Campinas: ed. UNICAMP, 1993.
- GUIMARÃES, Eduardo Nunes. **Formação e desenvolvimento econômico do Triângulo Mineiro: integração nacional e consolidação regional**. Uberlândia: ed. UFU, 2010.
- HOSTINS, Regina Célia Linhares. Os planos nacionais de Pós-graduação (PNPG) e suas repercussões na Pós-graduação brasileira. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 133–60, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://www.perspectiva.ufsc.br>>. Acesso em: 24 jul. 2014.
- LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. **O Triângulo Mineiro, do Império à República: o extremo oeste de Minas Gerais na transição para a ordem capitalista (segunda metade do século XIX)**. Uberlândia: ed. UFU, 2010.
- MARTINS, Ricardo A. A pós-graduação no Brasil: uma análise do período de 1970-90. *Educação Brasileira*, Brasília, v. 13, n.27, p. 23-41, 1991.
- OLIVEIRA, Sandra Ferreira de. A gênese do ensino secundário em Uberabinha (1920–1930). In: JORNADA DO HISTEDBR — “O trabalho didático na história da educação”, 7., 17–19 set. 2007, Campo Grande, MS. **Anais...** Campo Grande: UNIDERP, 2007. 1 cd-rom.
- OLIVEIRA, Hélio Carlos Miranda de. **Urbanização e cidades: análises da microrregião de Ituiutaba (MG)**. 2013. 431 p. Tese (doutorado em Geografia) — Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.
- SANTOS, Ana Lúcia Felix do; AZEVEDO, Janete Maria Lins de. A pós-graduação no Brasil, a pesquisa em educação e os estudos sobre a política educacional: os contornos da constituição de um campo acadêmico. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 42, set./dez. 2009.
- SAVIANI, Demerval. O legado educacional do regime militar. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 28, n. 76, p. 291–312, set./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 21 jul. 2014.
- VIEIRA FILHO, Geraldo. **O ensino superior no município de Uberlândia — 1957/1978: o papel das lideranças locais e do governo federal**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1993.